



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Sessão Plenária, 1 de Fevereiro de 2008

Projecto-Lei n.º 447/X

Bloco de Esquerda

Helena Pinto

Senhor Presidente,

Senhoras Deputadas,

Senhores Deputados,

O valor máximo de aumento das pensões foi de 2,4%.

E só no caso de pensões até ao valor de 611 euros e 12 cêntimos. Todas as outras pensões aumentaram abaixo desta percentagem.

Debater o indexante dos apoios sociais e as regras de actualização das pensões é falar da pobreza em Portugal. É falar de um dos sectores mais pobres e mais expostos aos riscos de pobreza – os pensionistas e os reformados.

O Governo apregoa e propaga a chamada nova geração de políticas sociais. Ora aqui está uma ocasião onde essa concepção de nova geração de políticas sociais pode e deve ser posta à prova.

As pseudo políticas sociais do Governo podem passar no registo da propaganda, mas chumbam ao primeiro teste da realidade da vida.

Senão vejamos:

No ano passado, no regime geral, 85,2% dos pensionistas recebiam abaixo de 374,4 euros. Se acrescentarmos cerca de 430 mil pensionistas com pensão social e aqueles que ainda recebem pelo regime agrícola,

facilmente concluímos que mais de dois milhões de pensionistas estavam e estão em situação de pobreza.

O aumento de 43 cêntimos dia para um milhão e seiscentos mil pensionistas que recebem pensões até aos 400 euros cola-se à pele do Governo como a marca da sua política social.

E o Complemento Solidário para Idosos não é a resposta para esta situação. O Complemento Solidário para Idosos é uma medida que visa minimizar as situações de pobreza extrema, mesmo que seja à custa de uma carga burocrática que deveria ser inadmissível no século XXI e em plena era do Simplex.

Uma verdadeira política social não se limita a medidas compensadoras dos níveis de pobreza, tem que ir mais longe e contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas.

Mas as pensões estão agarradas ao indexante, que por sua vez está agarrado à taxa de crescimento económico do país e em consequência ficam agarradas à taxa de inflação do ano anterior.

E assim não se consegue sair do ciclo vicioso que não permite aumentar o poder de compra e melhorar as condições de vida.

Os nossos pensionistas e reformados estão agarrados a um indexante que não é calculado de uma forma socialmente justa.

Na actual situação do país, o indexante obriga as pensões a não aumentarem fora da taxa de inflação do ano anterior. Mas os preços aumentam. O que é que não aumentou acima da inflação? Nem o pão foi poupado.

O Bloco de Esquerda propõe uma alteração à forma de cálculo para a actualização do Indexante dos Apoios Sociais de forma a aproximá-la das necessidades reais e a permitir, por um lado, corresponder aos aumentos verificados e por outro contribuir, de facto, de facto para combater as situações de pobreza.

A manterem-se as actuais percentagens que crescem ao Índice de Preços no Consumidor nunca mais lá chegaremos.

Por isso propomos o reforço, a favor dos pensionistas, das percentagens de crescimento real sobre o indexante social.

Não aceitamos que quando o crescimento real do PIB for inferior a 2% a actualização do Indexante se fique pela correspondência à taxa de inflação. Por isso propomos, nesta situação, que seja acrescido de 20% da taxa de crescimento real do PIB.

Em qualquer dos cenários, o Governo não se deve abster de promover a aproximação gradual do valor do indexante à Remuneração Mínima Mensal Garantida.

Deve fazê-lo e não deixar cair os braços desistindo deste imperativo no combate à pobreza.

Seguimos o mesmo raciocínio no que respeita à actualização das pensões, assim como alteramos a tabela com a percentagem de indexação das pensões e de outras prestações sociais.

Senhoras e Senhores Deputados

Esta é a ocasião para aprovar medidas que vão no sentido de promover maior justiça social e melhorar as condições de vida de milhões de portugueses e portuguesas.

E não vale a pena agitar situações catastróficas de ruptura da Segurança Social e acusações de irresponsabilidade.

A Segurança Social tem registado saldos positivos desde 2006, assim como o Fundo de Capitalização da Segurança Social também tem vindo a ser reforçado.

Estes saldos positivos contrariam as projecções do governo. O excedente apurado no Orçamento da Segurança Social em 2007 foi de 1.147,5 milhões de euros. **Quer dizer que há dinheiro!** Mas

lamentavelmente este excedente foi alcançado à custa das prestações sociais, do desemprego, das pensões de velhice e com a acção social.

Lamentável !

Mas é possível contrariar o caminho do Governo de redução das pensões, que já começou este ano e que quer atingir os 20% de redução em 2050.

O Bloco de Esquerda propôs e volta a propor o reforço das receitas da Segurança Social com 0,7% do IVA em 2009 e 0,5% do IVA em 2010.

Por isso Senhoras e Senhores Deputados, o baixo valor das pensões não é a sina nem o destino de milhões de portuguesas e portugueses, é fruto da vontade política.

E a vontade política de uma verdadeira e sustentada nova geração de políticas sociais constrói-se com medidas corajosas, que vê pessoas e não números, que reconhece as dificuldades, mas enfrenta-as, que não remedeia, mas resolve.

Não nos demitimos do combate à pobreza. Procuramos e encontramos soluções.

Os Projectos Lei hoje em debate apresentam soluções, diversas, mas possíveis de compaginar.

Está agora do lado do Partido Socialista assumir ou não assumir as suas responsabilidades.